

# Emenda propõe que parlamentarismo vá a plebiscito

BRASÍLIA — Os presidencialistas não apresentar emenda que prevê a realização de plebiscito 60 dias após a promulgação da nova Constituição, para que os eleitores digam se querem ou não o sistema parlamentarista de governo. A proposta é de autoria do deputado Michel Temer (PMDB-SP).

“Com plebiscito nós acabamos de vez com o parlamentarismo”, garante o deputado José Genoíno (PT-SP). Mas os próprios parlamentaristas já admitem que o plenário da Constituinte deverá revogar a decisão da Comissão de Sistematização e manter o sistema presidencialista.

“Sou parlamentarista incorrigível e empedernido, mas ele está liquidado”, admite o deputado Alcei Guerra (PFL-PR). “O parlamentarismo está sepultado”, concorda o deputado Francisco Pinheiro (PMDB-BA), outro adepto do governo de gabinete. Também o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, reconhece: “Não há dúvida de que agora o presidencialismo ficou mais forte que o parlamentarismo.”

**Constrangimento** — Os parlamentaristas acham que estão derrotados porque, com a aprovação do mandato de quatro anos, a campanha para presidente da República está praticamente nas ruas — e todos os presidencialistas: Aureliano Chaves, Mário Covas, Ulysses Guimarães, Orestes Quéricia, Leonel Brizola e Lula.

“Vai ser criado um constrangimento muito grande nos palanques. Eu não vou no palanque do Covas, por exemplo, defender o parlamentarismo enquanto ele é presidencialista”, antecipa o deputado José Costa (PMDB-AL).

Um grupo de parlamentaristas do PMDB está se preparando para voltar a defender o presidencialismo. São deputados e senadores que defendiam o parlamentarismo apenas por ser a maneira de sobreviver a permanência do presidente Sarney no poder. Entre eles se destacam os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso e os deputados Fernando Lyra, Miro Teixeira, Cristina Tavares, Wilson Souza e Jorge Hage.

**Tática** — Segundo Miro Teixeira, a posição parlamentarista era tática. Ele acha que agora o grupo deve voltar a defender o presidencialismo. “Se isso não

acontecer, os parlamentaristas vão negociar com o governo ao invés de negociar com a gente”.

A deputada Cristina Tavares se considera “mais ou menos” adepta do parlamentarismo, mas o deputado Fernando Lyra continua fiel à sua posição de apoiar o que representar mais rapidamente o final do governo Sarney.

“No momento, acredito que o que ainda garante mais rapidamente a saída de Sarney é o parlamentarismo. Mas eu sempre disse que, na tese do parlamentarismo-já, eu não estou com o parlamentarismo, estou com o já”, lembra Lyra.

Com essa disposição de alguns políticos que votaram até aqui pelo parlamentarismo, os presidencialistas contam com certa vitória no plenário. “O parlamentarismo está morto, e nós vamos enterrá-lo no plenário. Quero ter a honra de segurar na alça deste caixão”, afirma o deputado José Genoíno.

**Zona Franca** — O relator Bernardo Cabral, político do Amazonas, negociou bastante para evitar a aprovação de emenda do deputado Sigmarina Seixas (PMDB-DF) que suprimia do texto constitucional o artigo que favorece a Zona Franca de Manaus. Sigmarina aceitou reduzir o alcance de sua emenda. Ficou assim: “É mantida a Zona Franca de Manaus, com as suas características de área de livre comércio de exportação e importação e de incentivos fiscais, sendo desnecessário qualquer ato administrativo ou legislativo para prorrogações.

□ A Sistematização aprovou por 82 votos a cinco a desapropriação, para efeitos de reforma agrária, das terras com plantações de macaíba, cocaína, epadu ou outras plantas tóxicas. O destaque foi proposto pelo deputado José Elias Murad, do PTB de Minas Gerais, que é médico e se dedicou à repressão aos tóxicos. Segundo especialistas ouvidos ontem, a medida poderá ter alguma eficácia em relação à macaíba e, no mais, causar confusão: praticamente não há plantações de cocaína no Brasil e o epadu não se planta — cresce naturalmente na maior parte da Floresta Amazônica. A rigor, a floresta inteira estaria ameaçada de desapropriação, pela presença de “plantações” de epadu.

## ‘Trens’ se chocam na Sistematização

Numa mesma sessão, de forma incoerente — segundo o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) — a Comissão de Sistematização impediu a largada do trem da alegria dos procuradores autárquicos que seriam automaticamente promovidos a procuradores da União, ao retirar dois parágrafos do texto do relator Bernardo Cabral, mas acionou a partida de um trem idêntico ao incluir nas disposições transitórias a promoção em caráter definitivo de escrivães substitutos dos fóruns judiciais que ocupavam interinamente vaga do titular na data da instalação da Constituinte.

Os parágrafos 3º e 4º do artigo 14 das disposições transitórias garantiam aos assistentes jurídicos da União e aos procuradores das autarquias o direito a integrar, em caráter definitivo, a carreira de procurador da União. O deputado Octávio Elízio apresentou emenda para retirar os dois parágrafos, prevalecendo apenas os demais enunciados dos artigos que transferem para a lei complementar, a ser apresentada pelo Executivo 120 dias após a promulgação da Constituição, a definição sobre o assunto.

**Abstenções** — Os deputados Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) e João Agripino (PMDB-PB) discursaram pela aprovação da emenda e contra o texto de Cabral. Os deputados Celso Dourado (PMDB-BA) e Nilson Gibson (PMDB-PE), este último procurador do Incri que seria beneficiado pela medida, discursaram a favor da manutenção do texto.

A emenda retirando os dois parágrafos foi aprovada por 51 votos contra 28 e 11 abstenções, um total de abstenções inédito até aqui na Sistematização.

Logo após essa decisão, a Comissão aprovou, por 59 votos contra 26 e 5 abstenções, a emenda do deputado Antônio Perosa (PMDB-MT) que permite aos servidores do foro judicial — cartórios especializados — ocuparem a cadeira de titular, quando vagas, sem concurso, caso estiverem investidos da função de escrivão mesmo de forma interina, no dia primeiro de fevereiro deste ano, quando a Constituinte foi instalada.

Brasília — Luciano Andrade



Mamanna (E): sem críticas

## Amigo de Richa perde presidência da CFP

BRASÍLIA — “Todos os integrantes da minha equipe que discordarem dos cinco anos de mandato para o presidente Sarney não podem ficar. Ficar seria uma traição”, afirmou o ministro da Agricultura, Iris Resende, ao justificar a demissão do paranaense Inácio Mamanna da presidência da CFP-Companhia de Financiamento da Produção. Inácio Mamanna foi indicado pelo senador José Richa e demitido ontem porque o parlamentar votou domingo último em favor do mandato de quatro anos para o presidente Sarney.

Ao deixar o cargo que ocupou nos dois últimos anos, Inácio Mamanna não criticou Sarney: “Cabe à sociedade julgar se o comportamento do presidente está correto”, afirmou, ainda em seu gabinete na CFP. Rodeado por trinta funcionários que foram prestar-lhe solidariedade, ele anunciou que vai trabalhar de agora em diante com o senador José Richa, de quem é amigo há 25 anos. Disse também que defende o parlamentarismo e as eleições no ano que vem.

A demissão de Mamanna e o provável processo de retaliação anunciado pelo

círculo de assessores próximo a Sarney provocou reação na cúpula do PMDB. O líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas, disse: “Pedir a deputados e senadores que passem a ler o Diário Oficial é coisa demasiado miúda. É muita fisiologia”. Covas encerrou com ironia: “Eu não sei se ele (Sarney) vai achar gente para ocupar os cargos”. O presidente da Cooperativa do Paraná, Wilson Thinssem foi convidado para a CFP e não aceitou.

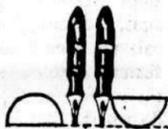
Richa foi discreto ao comentar a demissão do amigo. Lembrou que Sarney tem o direito de compor a equipe “como melhor lhe convier”. Os assessores do senador, incluindo agora Inácio Mamanna, destacaram apenas que todos os seus amigos que estão no governo foram indicados pela bancada do PMDB do estado, depois de ouvidos os órgãos de classe: “Meu nome não foi indicação pessoal”, disse Inácio Mamanna. Ele está informado de que seu substituto será também do Paraná, do grupo do governador Álvaro Dias, atualmente distanciado de José Richa.

## Sistema de governo pode ser alterado

O efeito inicial não poderia ser outro — e, no caso, pode ser falso. A aprovação do mandato de quatro anos para o presidente José Sarney parece ter produzido a desvalorização, imediata, da moeda do parlamentarismo na Constituinte. “O parlamentarismo morreu, viva o presidencialismo”, saudou, irônico, o deputado Carlos Sant’Anna, líder do governo na Câmara. “Tinha muito parlamentarista de oba-oba. Veremos, agora, quantos parlamentaristas autênticos, de fato, existem”, desafia o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA).

Um grupo de parlamentaristas, liderado pelo senador José Richa (PMDB-PR), se reunirá no próximo sábado, em local ainda a ser marcado, para discutir suas divergências. Richa é, pessoalmente, a favor da implantação do parlamentarismo a partir de 15 de março próximo, conforme decidiu a Comissão de Sistematização no último domingo. O deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), por exemplo, prefere deixar o parlamentarismo para o início do período de governo do sucessor de Sarney.

Richa e Pimenta polarizam linhas de pensamento que reúnem expressivas parcelas de constituintes. O senador do Paraná acha que, adotado em março, o parlamentarismo permitirá que o PMDB possa formar um gabinete eficiente e operoso, ampliando as chances do partido nas eleições municipais e na presidencial de novembro. O deputado de Minas teme que a adoção do novo sistema de governo já em março possa resultar no seu fracasso precoce por ação deliberada do presidente.



— Sarney fará tudo para torpedear o parlamentarismo — prevê o deputado mineiro. Pimenta imagina que, implantado depois da posse do próximo presidente, o sucessor de Sarney terá assumido na campanha eleitoral compromissos claros, definidos, com o novo sistema de governo. Richa teme o contrário: que a campanha seja utilizada para minar a adoção do parlamentarismo. Para derrubar a decisão da Comissão de Sistematização, será necessária uma maioria de 280 em 559 votos no plenário da Constituinte.

O momento político, por enquanto, é de expectativa e de avaliações — fora e dentro da Constituinte. Enquanto os parlamentaristas esmiúçam as dúvidas, o governo amadurece a posição que adotará, doravante. O presidente da República ouve dois tipos de conselhos: dos que advogam uma aceitação pacífica das decisões tomadas pela Comissão de Sistematização, e dos que sugerem uma dura reação, seguida de uma ação para impedir, pelo menos, a introdução do parlamentarismo no que seria seu último ano de governo.

Os adeptos da linha branda, entre eles o ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, pensam que o presidente deverá se ocupar em fazer daqui para a frente um governo desatrelado de amarras partidárias, preocupado em resgatar o grau de eficiência perdida, ocupado em enfrentar os principais problemas do país. Tal comportamento favoreceria uma negociação na Constituinte para adiar a implantação do parlamentarismo. A linha dura quer mais ou menos a mesma coisa mas propõe alcançá-la pela via do porrete.

Os ministros baianos Antônio Carlos Magalhães e Prisco Viana desejam que o presidente reforme o ministério, enxugue a máquina administrativa, convoque os amigos para governar, mande embora os que traíram sua confiança e tente, com seu gesto de afirmação, derrotar o parlamentarismo no plenário da Constituinte — no mínimo, adiar sua implantação. E se possível, conquistar o mandato de cinco anos. No último fim

de semana, o presidente repetiu, mais de uma vez, em conversas com amigos: — Não sairei como vilão dessa história toda.

O entupimento de uma das coronárias do deputado Ulysses Guimarães serviu para que o presidente suspendesse qualquer mexida de vulto no governo, que por acaso pretendesse realizar de imediato. Na Constituinte, a reforma do regimento interno, detonada por uma proposta de parlamentares do centro e da direita, empacou e espera o retorno de Ulysses para ser resolvida. A Comissão de Sistematização encerrou ontem a votação do projeto de Constituição. O plenário começará a votá-lo na segunda semana de dezembro.

— Precisamos desentupir a coronária que liga a Constituinte ao Palácio do Planalto — defende o deputado Ibsen Pinheiro, líder do PMDB na Câmara. Ele acredita, sinceramente, que há tempo e espaço para que os partidos e o presidente negociem um acordo em torno do mandato e do sistema de governo. O senador Mário Covas (PMDB-SP) admite retardar a adoção do parlamentarismo, mas não admite o mandato de cinco anos. O senador Richa não acredita mais em acordo algum com o presidente.

— Ele recusou todas as fórmulas de acordo porque pensou dobrar a Constituinte e ganhar o que queria. Agora, não dá mais — decreta Richa.

O parlamentarismo, que o senador tanto quer ver logo valendo, corre o risco de ser atropelado pela irrupção de candidaturas à sucessão de Sarney. Na Comissão de Sistematização, deputados e senadores votaram nos últimos dois dias com um ouvido atento ao que era oferecido ao exame deles e com o outro entretido com especulações sobre o lançamento de possíveis candidatos a presidente. Subiu o valor das ações do presidencialismo na Constituinte mas é cedo, ainda é muito cedo, para garantir que ele continuará subindo.

Ricardo Noblat

## Auxílio-constituente rende a deputados mineiros CZ\$ 102 mil

José Guilherme Araújo

BELO HORIZONTE — Os 77 deputados estaduais de Minas tiveram incluídos em seus vencimentos, a partir de outubro, CZ\$ 102 mil, sob a justificativa de auxílio-constituente, dado verbalmente pela Mesa da Assembléia, segundo confirmaram deputados do PT. Com isso, os vencimentos totais dos deputados sobem a cerca de CZ\$ 450 mil mensais, incluídos os subsídios fixos e variáveis, e os auxílios diversos.

A Constituinte mineira, no entanto, somente será instalada cinco dias após a promulgação da Constituição federal, e até agora a atividade dos legisladores mineiros, com vistas à Constituinte, tem sido insignificante. “Particularmente, eu não tive qualquer despesa com trabalhos constituintes, sou a favor da contratação de técnicos especializados, mas não vejo nenhuma explicação para um deputado receber esse auxílio agora”, disse o deputado Nilmaro Miranda, do PT, assinalando que a bancada de seu partido é contra

a decisão da Mesa.

Segundo os deputados ouvidos pelo JORNAL DO BRASIL, os CZ\$ 102 mil foram depositados diretamente nas contas bancárias dos 77 parlamentares, sem que eles assinassem qualquer documento ou recibô. Outras duas rubricas que compõem seus vencimentos — eventuais de gabinete e auxílio-combustível, CZ\$ 96 mil e CZ\$ 43 mil, respectivamente — são também depositados em conta-corrente; não aparecem no contra cheque, mas constam de recibos assinados mensalmente pelos deputados.

Do total recebido pelos parlamentares, apenas CZ\$ 20 mil 800 (sobre os quais pagam o Imposto de Renda) representam os vencimentos fixos e variáveis (subsídio fixo, mais remuneração por participação em reuniões ordinárias, o jeton, decompostos em CZ\$ 9 mil 300 e CZ\$ 11 mil 500). O resto do valor constante da folha de pagamentos, assinada pela diretoria geral da Assembléia Legislativa, são auxílios para transporte (embora exista o auxílio-combustível, pago por fora), comunicação, correspondência

e moradia (até para os que têm casa própria na capital), entre outros.

“Ah, é?” — O diretor-geral da Assembléia, Dalmir de Jesus, afirmou desconhecer o auxílio-constituente, esforço constituído ou ajuda constituída — esses os termos mais usados entre os deputados para defini-lo, segundo um parlamentar que não quis ser identificado, tendo represálias.

O 1º secretário da Mesa, José Laviola, deixou o plenário para atender ao telefonema do repórter, que lhe pediu informações sobre o depósito do auxílio-constituente. “Não, isso ainda está dependendo de confirmação, por carta, da Constituinte, em Brasília”, afirmou. Informado de que alguns deputados já haviam confirmado o recebimento da quantia, Laviola desconversou: “Ah, é? Então não sei. Dá licença, que estão me chamando no plenário, para uma votação”. O presidente da Assembléia, deputado Neif Jabur (PMDB), disse no início da noite que não havia ainda verificado se o auxílio-constituente tinha sido depositado.

## PMDB começa discussão para escolher candidato

BRASÍLIA — Em reuniões disfarçadas pelo eufemismo de “avaliação da conjuntura”, o PMDB começa a discutir suas candidaturas à Presidência da República. O líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas (SP), recebeu à noite para um jantar vinte parlamentares de várias tendências que vão do centro à esquerda do PMB. Dois dos convidados garantiram que a candidatura de Covas seria discutida no encontro.

O senador Fernando Henrique Cardoso (SP) foi objetivo ao falar do jantar: “Certamente a candidatura será tema de conversa. Acho que não devemos lançar candidaturas agora, mas já podemos ir conversando”. Entende que a votação de domingo mudou o eixo de decisões do partido: “Agora a coisa está no centro-esquerda e esquerda”.

Covas, cauteloso, entende que qualquer candidatura, inclusive a sua, se dará como uma “resultante” da Constituinte. “Não tenho convicção de ser candidato”,

diz ele. Mas nem por isto deixa de armar seu jogo que, de acordo com ele próprio, nada mais é do que “um processo de decantação, de onde nascerá o candidato”.

Neste processo o senador paulista tem suas armas. Uma delas é a escolha de candidaturas feitas por todo o universo partidário, ou seja, eleições primárias, onde todos os filiados sejam delegados. “Criamos em São Paulo um diretório municipal, organização sem estrutura jurídica, constituído dessa forma. Acreditamos que, assim, a representatividade é maior e este é um assunto que certamente a convenção do partido discutirá”, diz.

Mas ele acha também que os governadores são hoje decisivos na definição de posições do partido na Constituinte e, por consequência, das candidaturas, embora não aceite que “o método para escolha de um candidato seja a aproximação forçada com governadores”.

## Pena de morte não passa nem com carrasco

Mesmo elogiado pela dedicação com que durante meses defendeu a adoção da pena de morte no país — em sua campanha para deputado, no Rio, quando chegou a armar uma barraca na Avenida Rio Branco, para colher assinaturas e, mais tarde, em todas as fases da Constituinte, tentando fazer aprovar a proposta —, o deputado Amaral Netto (PDS-RJ) viu ontem sua emenda ser derrotada na Comissão de Sistematização.

Ele se esforçou, citou pesquisas segundo as quais 70% dos cariocas e paulistas são a favor da pena capital e, para resolver o problema da falta de carrasco para aplicar as sentenças — um dos argumentos dos seus adversários —, declarou que se candidatava ao cargo. Não convenceu. Perdeu por 65 a 25. O deputado José Genoíno (PT-SP), que discursou contra a emenda, acha porém que Amaral ainda não se deu por vencido.